



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 14

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Instalação da 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 5.ª Legislatura

O Presidente do Senado Federal faz saber que a sessão conjunta de instalação da 4.ª sessão legislativa ordinária da 5.ª legislatura se realizará no dia 1 de março próximo, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, 18 de fevereiro de 1966.

ALDO MORRA ANDRADE

SENADO FEDERAL

ATA DA 1.ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1966.

4.ª Sessão Legislativa da 5.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES
MOURA ANDRADE E NOGUEIRA
DA GAMA.

Às 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Artur Virgílio
Chitete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Manoel Villaca
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Miguel Couto
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Aurélio Vianna

Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
José Feliciano
Filinto Müller
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Antonio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger
Gay da Fonseca (53)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número legal declarado aberta a sessão. (Pausa)
O Senado realizará a primeira sessão preparatória da 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 5.ª Legislatura. Não há ata a ser lida.

"Art. 2.º A sessão legislativa ordinária será precedida de reuniões preparatórias, que obedecerão às seguintes normas:

a) realizar-se-ão às 14 horas e 30 minutos, com o quorum mínimo de 17 Senadores;

b) a direção dos trabalhos caberá à Mesa que houver sido eleita para a sessão legislativa anterior, dela excluídos, no início da legislatura, os que tiverem sido extinto o mandato de Senador;

c) nas sessões legislativas subsequentes à primeira legislatura, far-se-á a eleição do Presidente, na primeira reunião preparatória, e a dos demais membros da Mesa, no dia seguinte."

Esta última norma foi alterada para o ano em curso, pela Resolução nº 5,

de 1966, em virtude da qual, na primeira reunião preparatória, se elegerá o Presidente e, em reunião subsequente, convocada antes de terminada aquela os demais membros da Mesa.

Assim, no dia de hoje realizar-se-ão duas reuniões: esta, na qual se elegerá o Presidente do Senado, e outra, em seguida, na qual serão eleitos os demais membros da Mesa.

Dispõe, ainda, o Regimento:

"Eleição dos membros da Mesa far-se-á em escrutínio secreto e maioria de votos dos Senadores presentes".

A eleição, observado e disposto no art. 72, far-se-á em cinco escrutínios na seguinte ordem: primeiro, em sessão separada para o Presidente.

Na segunda sessão, um escrutínio para Vice-Presidente, outro para 1.º e 2.º Secretários, outro para 3.º e 4.º Secretários e, finalmente, para Suplentes de Secretários.

Na presente sessão deve ser eleito o Presidente. Convido o Sr. Senador Nogueira da Gama a assumir a Presidência e determinar a chamada para votação. (Pausa).

Assume a Presidência o Sr. Senador Nogueira da Gama.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai-se proceder à chamada para a votação. Ao ser chamado cada Sr. Senador deverá depositar na urna a sobrecarta contendo o voto.

O Sr. 1.º Secretário dará início à chamada, do Norte para o Sul. (Procede-se à chamada para votação).

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos

Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Chitete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Manoel Villaca
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Miguel Couto
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Filinto Müller
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Antonio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger
Gay da Fonseca — (51).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Peço que a urna seja conduzida à Mesa. Vão votar os membros da Mesa e, em seguida, será encerrada a votação. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a votação. (Pausa)

Vai-se proceder à abertura da urna para contagem das sobrecartas. (Pausa.)

Foram encontradas 51 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

Procede-se à apuração

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Apurados os votos, é o seguinte o resultado: Moura Andrade — 46 votos; Sigefredo Pacheco — 2 votos; em branco — 3 votos.

Devo-me a honra de proclamar eleito Presidente do Senado o nobre Senador Moura Andrade, a quem convido a assumir a sua cadeira. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Agradeço a alta investidura que mais uma vez me conferem e procurarei continuar merecendo a confiança dos eminentes Senadores da República.

Incipiente-se amanhã a última sessão legislativa da Legislatura de 1962 a 1966.

Teremos um ano de muito trabalho e de profundas responsabilidades, cabendo ao Congresso Nacional, sob minha presidência, eleger o próximo Presidente da República.

Agora, porém, espero que uma nobre e necessária tarefa seja confiada ao atual Congresso, que tão intimamente ligado está com a ordem revolucionária.

A estruturação do direito constituído pela Revolução, a projeção do sistema político democrático representativo em bases duradouras, o restabelecimento das prerrogativas dos Poderes da República, a nova definição dos campos de sua competência, uma nitida, moderna e democrática declaração dos direitos, a reformulação da ordem econômica e social, da educação e da cultura, entre outros assuntos fundamentais, devem constituir a preocupação e o dedicado trabalho do Congresso em uma Revisão Constitucional ampla, que assegure a realização jurídica da Revolução, normalize a vida do País e traga paz, prosperidade e justiça ao povo brasileiro.

Assim, o futuro Presidente, que deverá cumprir todo um quadriênio governamental, receberá o País juridicamente organizado e o atual Presidente terá cumprido, entre tantos atos meritoriais, este que é o maior e o mais importante para uma nação livre, tornando-se o institucionalizador de nova e estável vida jurídico-constitucional, e passando o governo ao sucessor sob o respeito e os aplausos do povo.

Assim espero e assim desejo que aconteça, para o bem do País e para a consagração de um sólido regime democrático no Brasil. (Palmas.)

Convoco os Senhores Senadores para uma sessão às 15,30 horas, na qual serão eleitos os demais membros da Mesa.

Com os melhores agradecimentos, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

| Capital e Interior | |
|--------------------|----------|
| Semestre | Cr\$ 50, |
| Ano | Cr\$ 96 |
| Exterior | |
| Ano | Cr\$ 136 |

FUNCIONÁRIOS

| Capital e Interior | |
|--------------------|-----------|
| Semestre | Cr\$ 39, |
| Ano | Cr\$ 76, |
| Exterior | |
| Ano | Cr\$ 108, |

— Exceções as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

ATA DA 2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1966.

4ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SENHORES MOURA ANDRADE E NOGUEIRA DA GAMA.

As 15 horas e 20 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Manoel Vilas
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domicio Gondin
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Miguel Couto
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Lino de Mattos
Nogueira da Gama

Padre Calazans
Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrahão
José Feliciano
Filinto Müller
Bezerra Neto
Nelson Maculan
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Gay da Fonseca — (53).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento, na Casa, de 53 Srs. Senadores, havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata da reunião anterior.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Nesta reunião serão realizadas eleições em quatro escrutínios. Em primeiro lugar, os Srs. Senadores votarão para Vice-Presidente. Proclamado o resultado, em seguida, os Srs. Senadores votarão para 3º e 4º Secretários. Proclamado o resultado, finalmente, os Senhores Senadores votarão para Suplentes de Secretário.

Vai-se proceder à eleição para Vice-Presidente. O 1º Secretário procederá à chamada, de Sul para o Norte. (Pausa).

Procede-se à chamada.

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi

Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Manoel Villaza
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domicio Gondin
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Miguel Couto
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Filinto Müller
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Gay da Fonseca — (49).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se proceder à apuração. (Pausa)
Foram encontradas na urna 49 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Procede-se à apuração

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — É o seguinte o resultado: Nogueira da Gama — 47 votos e dois votos em branco.

Declaro eleito Vice-Presidente do Senado Federal o nobre Senador Nogueira da Gama, a quem convido a assumir a Presidência. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Agradeço, muito comovido, aos meus eminentes pares a prova de confiança com que acabam de me distinguir, mais uma vez, recoduzindo-me à Vice-Presidência do Senado.

Creio ser desnecessário reafirmar que, neste posto, não me desviarei das normas adotadas nos anos anteriores, procurando sempre cumprir meu dever com a mais absoluta exatidão e impondo, tanto quanto possível, às minhas funções, um sentido de uma magistratura legislativa. (Palmas)

Passa-se à eleição do 1º e 2º Secretários.

Vai-se proceder à chamada, do Norte para o Sul.

(Procede-se à chamada)

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Victorino Freire
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel.

Wilson Gonçalves.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Manoel Villaga.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Domício Gondim.
Barros Carvalho.
Pessoa de Queiroz.
Ermirio de Moraes.
Silvestre Pércles.
Rui Palmeira.
Arnon de Melo.
Heribaldo Vieira.
Júlio Leite.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Antônio Balbino.
Miguel Couto.
Aarão Steinbruch.
Vasconcelos Torres.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Benedicto Vailadares.
Nogueira da Gama.
Padre Calazans.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.
João Abrahão.
José Feliciano.
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Irmão Bornhausen.
Antônio Carlos.
Atílio Fontana.
Guido Mondim.
Daniel Krieger.
Gay da Fonseca (52)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a votação.

Vai-se proceder à contagem das sobrecartas.

Foram encontradas na urna 52 sobrecartas, que coincidem com o número de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — É o seguinte o resultado:

Para 1º Secretário — Dinarte Mariz, 49 votos; Sigefredo Pacheco, um voto.

Em branco, dois votos.

Para 2º Secretário — Gilberto Marinho, 50 votos. Em branco, 2 votos.

Tenho a honra de proclamar eleitos os 2º Secretários, respectivamente, o Senado Federal, os nobres Senadores Dinarte Mariz e Gilberto Marinho, aos quais convido a assumir os seus lugares à Mesa. (Palmas prolongadas).

Passa-se à eleição dos 3º e 4º Secretários.

Vai ser feita a chamada, de Sul para Norte.

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Oscar Passos.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Cattete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Eugênio Barros.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Joaquim Parente.
José Cândido.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Manoel Villaga.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Domício Gondim.
Barros Carvalho.
Pessoa de Queiroz.
Ermirio de Moraes.
Silvestre Pércles.
Rui Palmeira.
Arnon de Melo.
Heribaldo Vieira.
Júlio Leite.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Antônio Balbino.
Miguel Couto.
Vasconcelos Torres.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Benedicto Vailadares.
Nogueira da Gama.
Moura Andrade.
João Abrahão.
José Feliciano.
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Antônio Carlos.

Miguel Couto.
Aarão Steinbruch.
Vasconcelos Torres.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Benedicto Vailadares.
Nogueira da Gama.
Padre Calazans.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.
João Abrahão.
José Feliciano.
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Irmão Bornhausen.
Antônio Carlos.
Atílio Fontana.
Guido Mondim.
Daniel Krieger.
Gay da Fonseca (52)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a votação.

Vai-se proceder à abertura da urna para contagem das sobrecartas. (Pausa.)

Foram encontradas, na urna, 52 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Apurados os votos, os resultados foram:

Para 3º Secretário: Barros Carvalho, 49 votos; Sigefredo Pacheco, 1 voto; em branco, 2 votos.

Para 4º Secretário: Cattete Pinheiro, 50 votos; Sigefredo Pacheco, 1 voto; em branco, 1 voto. (Pausa.)

Tenho a honra de proclamar eleitos, respectivamente para 3º e 4º Secretários, os nobres Senadores Barros Carvalho e Cattete Pinheiro, aos quais convido para assumir o lugar à Mesa. (Palmas.)

Vai-se proceder, em seguida, à eleição dos Suplentes pelo mesmo processo adotado nas eleições anteriores. (Pausa.)

O Sr. Secretário fará a chamada de Norte para Sul.

(Procede-se à chamada.)

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Oscar Passos.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Arthur Virgílio.
Cattete Pinheiro.
Lobão da Silveira.
Eugênio Barros.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Joaquim Parente.
José Cândido.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Manoel Villaga.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Domício Gondim.
Barros Carvalho.
Pessoa de Queiroz.
Ermirio de Moraes.
Silvestre Pércles.
Heribaldo Vieira.
Júlio Leite.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Antônio Balbino.
Miguel Couto.
Vasconcelos Torres.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Benedicto Vailadares.
Nogueira da Gama.
Moura Andrade.
João Abrahão.
José Feliciano.
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Adolpho Franco.
Antônio Carlos.

Atílio Fontana.
Guido Mondim.
Daniel Krieger.
Gay da Fonseca (47).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a votação.

Vai-se proceder à abertura da urna para a contagem das sobrecartas. (Pausa.)

Foram encontradas 47 sobrecartas, número que coincide com o dos votantes.

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Terminada a apuração, chegou-se ao seguinte resultado:

Para 1º Suplente: Joaquim Parente, 43 votos; Sigefredo Pacheco, 1 voto; 3 votos em branco.

Para 2º Suplente: Guido Mondim, 44 votos; Sigefredo Pacheco, 1 voto; 2 votos em branco.

Para 3º Suplente: Sebastião Archer, 44 votos e 3 votos em branco.

Para 4º Suplente: Raul Giuberti, 44 votos e 3 votos em branco.

Tenho a honra de proclamar eleitos Suplentes da Mesa do Senado Federal, respectivamente, para a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Suplência, os nobres Senadores Joaquim Parente, Guido Mondim, Sebastião Archer e Raul Giuberti, os quais convido a tomar assento à Mesa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

SENADO FEDERAL

Senhor Presidente:

Os Senadores abaixo assinados, membros da legenda do Movimento Democrático Brasileiro, em fase de organização, nos termos das exigências dos Atos Complementares números 4 e 7, informam a V. Excelência que escolheram para líder o nobre Senador Aurélio Vianna, ao qual cabe as indicações dos vice-líderes.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 1966. — Lino de Mattos. — José Ermirio. — Aarão Steinbruch. — Adalberto Sena. — Barros Carvalho. — Nogueira da Gama. — Oscar Passos. — Bezerra Neto. — Edmundo Levi. — Silvestre Pércles. — Sebastião Archer. — Antonio Balbino. — Argemiro de Figueiredo. — J. Pessoa de Queiroz. — João Abrahão.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Mesa recebe e registra a comunicação. O Sr. Senador Aurélio Vianna passará a exercer, nos termos do Regimento Interno, as funções de Líder da Minoria. (Palmas.)

A Presidência solicita aos Partidos que façam à Mesa as comunicações referentes à composição de suas bancadas e das lideranças, inclusive a indicação dos respectivos vice-líderes, tão logo possam fazê-lo, e promovam os entendimentos necessários à composição das Comissões Permanentes.

O Regimento Interno estabelece no seu Art. 73:

“Art. 73. No dia imediato ao que se completar a eleição da Mesa, reunir-se-ão os Líderes dos Partidos representados no Senado, para o fim de fixarem, na

forma da Constituição Federal, a participação de cada bancada nas Comissões permanentes.

§ 1º Estabelecida, assim, a representação numérica das bancadas nas Comissões, os Líderes entregarão à Mesa, nas 48 horas subsequentes à instalação da sessão legislativa, as respectivas indicações nominais.”

A Presidência já mandou distribuir folhetos, contendo os cálculos proporcionais que facilitarão aos Srs. Líderes o número das Listas.

Antes de declarar encerrada a segunda sessão preparatória, convido os Srs. Senadores para a sessão solene de instalação da Sessão Legislativa, amanhã, dia 1º de março, às 15 horas, no plenário da Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas.)

DEFENSA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DO SENADO FEDERAL DURANTE O MÊS DE NOVEMBRO DE 1965. ORGANIZADA PELA SINOPSE DA SEÇÃO DO PROTOCOLO-GERAL DO SENADO FEDERAL

A SANÇÃO

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 11, DE 1964

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 952-C-33

(número na Câmara)

Regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Bilac Pinto).

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 69, DE 1964

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 216-C-63

(número na Câmara)

Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Patrono da Nação brasileira.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Ulisses de Carvalho).

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 179, DE 1964

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 1.928-B-64

(número na Câmara)

Altera a redação do Art. 91 do Código Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941).

(Apresentado pelo Sr. Deputado Tenório Cavalcanti).

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 141, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.671-B-65

(número na Câmara)

Dispõe sobre o alcance da preferência dos créditos de empregados por salários e indenizações trabalhistas.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 153, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.145-B-64

(número na Câmara)

Modifica o Art. 115 da Lei nº 1.411, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto

503 Funcionários Públicos Cíveis da União. (Transferência de funcionários). (Apresentado pelo Sr. Deputado Aureo Melo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 184, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.982-A-65
(número na Câmara)

Fixa novos valores para os símbolos de cargos e função gratificada do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. — (Apresentado pelo Of. TRT número 143-64).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 186, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.181-A-65
(número na Câmara)

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 3.440.000.000, para reforço de dotações orçamentárias que especifica.

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 210, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 390-B-63
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 315.000.000 (trezentos e quinze milhões de cruzeiros), destinado a Fundação Brasil-Central. (Apresentado p/Mensagem nº 256-63 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 222, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.595-B-65
(número na Câmara)

Isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada.

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 232, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 944-B-63
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender as despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia. (Apresentado pela Mensagem nº 370-63 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 233, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.501-B-60
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000, para atender as despesas decorrentes da visita ao Brasil de Governadores Estaduais norte-americanos. (Apresentado pela Mensagem nº 483-60 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 235, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 4.752-B-62
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 300.000.000 (trezentos

milhões de cruzeiros), para atender as despesas da transferência do Regimento de Cavalaria de Guardas — Dragões da Independência para Brasília. (Apresentado pela Mensagem nº 134-62 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 240, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 1.211-A-63
(número na Câmara)

Altera a redação do parágrafo único do Art. 32 do Decreto nº 22.339, de 19 de dezembro de 1932, que reforma as disposições do Decreto Legislativo número 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às Cooperativas. (Apresentado pelo Sr. Deputado Cunha Bueno).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 241, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 4.749-B-62
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com a realização da Conferência Conjunta da FAO e da CEPAL. (Apresentado pela Mensagem número 131-62 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 243, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.193-B-65
(número na Câmara)

Acresce de um parágrafo único o Art. 16 da Lei nº 4.102, de 30 de julho de 1962 (patrimônio do DNEF). (Apresentado pela Mensagem número 661-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 244, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.194-B-65
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.560.943 (cinquenta e oito milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e quarenta e três cruzeiros), para atender a pagamento de vencimentos e vantagens. (Apresentado pela Mensagem número 751-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 245, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.201-B-65
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas da União o crédito suplementar de Cr\$ 2.166.530.000 para reforço de dotações que especifica, destinadas ao pagamento de pessoal daquela egrégia Corte.

(Apresentado pela Mensagem número 782-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 246, DE 1965
(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.202-B-65
(número na Câmara)

Autoriza a abertura de crédito suplementar de Cr\$ 2.280.338.936 ao Ministério da Fazenda, para pagamento do pessoal do Estado do Acre, e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 743-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 248, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.204-B-65
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos órgãos e Ministérios, créditos especiais num montante de Cr\$ 285.347.106 (duzentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e sete mil e cento e seis cruzeiros), destinados a atender as despesas que especifica.

(Apresentado pela Mensagem número 788-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 249, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.210-B-65
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para atender as despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Italiana e da sua comitiva.

(Apresentado pela Mensagem número 799-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 250, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.200-B-65
(número na Câmara)

Concede a pensão especial de Cr\$ 66.000 (sessenta e seis mil cruzeiros) mensais a viúva do ex-comandante de Guarnição da Seção de Bombeiros do GEB, Ademair Corrêa da Silva. (Apresentado pela Mensagem número 781-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 251, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.205-B-65
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com obras em repartições do mesmo Ministério. (Apresentado pela Mensagem número 786-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 252, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.198-B-65
(número na Câmara)

Vincula ao Ministério da Viação e Obras Públicas a Companhia de Navegação do São Francisco, Sociedade de Economia Mista. (Apresentado pela Mensagem número 750-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 253, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.207-B-65
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário créditos suplementares num montante de Cr\$ 2.390.859.490, destinados ao reforço de dotações orçamentárias que discrimina, referentes ao vigente exercício. (Apresentado pela Mensagem número 787-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 254, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.105-B-65
(número na Câmara)

Concede à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor o auxílio de Cr\$ 6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros); autoriza a abertura do crédito especial para atender a essa finalidade e dá outras providências. (Apresentado pela Mensagem número 747-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 256, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.203-B-65
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, a diversos órgãos e Ministérios, créditos especiais de Cr\$ 15.665.913.118 e suplementares num montante de Cr\$ 27.312.000 destinados à regularização de despesas consignadas em orçamentos anteriores. (Apresentado pela Mensagem número 789-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 259, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.069-B-65
(número na Câmara)

Isenta do imposto de importação o material destinado à Faculdade de Medicina de Rio Grande e importado pela Fundação Cidade do Rio Grande. (Apresentado pelo Sr. Deputado Clóvis Pestana).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 260, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.034-B-61
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, o crédito especial de Cr\$ 57.482.525 (cinquenta e sete milhões quatrocentos e oitenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco cruzeiros), para atender a despesa que especifica. (Apresentado pela Mensagem número 193-61 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 261, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.670-B-61
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), para o fim que especifica. (Apresentado pela Mensagem número 505-61 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 262, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.223-B-61
(número na Câmara)

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 74.344.128,10 (setenta e quatro milhões trezentos e quarenta e quatro mil cento e vinte e oito cruzeiros e dez centavos), para o fim que especifica.

(Apresentado pela Mensagem número 335-61 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 265, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.071-B-65
(número na Câmara)

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratifica-

das do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e das outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 230-65 — TRT da 8ª Região).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 286, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 1.950-B-64

(Número na Câmara)

Concede isenção de direitos para a importação de equipamento de segurança e higiene do trabalho sem similar nacional.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Dasso Coimbra).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 267, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.648-C-65

(Número na Câmara)

Proíbe o emprego da palavra couro em produtos industrializados.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Arnaldo Nogueira).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 268, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.637-B-65

(Número na Câmara)

Estabelece os casos em que a autorização a funcionário público para se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública a que esteja subordinado.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Aurino Valois).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 270, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.270-B-65

(Número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros), como reforço à dotação orçamentária insuficiente, destinada ao Departamento do Imposto de Renda.

(Apresentado pela Mensagem número 820-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 271, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.267-B-65

(Número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 10.000.000 como reforço à dotação orçamentária insuficiente destinada à Contadoria-Geral da República.

(Apresentado pela Mensagem número 817-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 272, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.022-B-65

(Número na Câmara)

Altera a redação do Art. 48 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

(Apresentado pelo Sr. Deputado Tarso Dutra).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 279, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.304-B-65

(Número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Senado Federal, o crédito suple-

mentar de Cr\$ 2.415.240.000 (dois bilhões, quatrocentos e quinze milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), em reforço à dotações que especifica.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 283, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.305-B-65

(Número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros), destinados a obras de complementação de repartições do DFSP, em Brasília.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 286, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.268-B-65

(Número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros), destinado a atender a despesas de viagem e estada no exterior de representantes do aludido Ministério à reunião do GATT que se realizou em Genebra.

(Apresentado pela Mensagem número 818-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 288, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.279-B-65

(Número na Câmara)

Isenta do imposto de importação equipamento para tratamento de água destinado à Companhia de Saneamento do Paraná.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 289, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.269-B-65

(Número na Câmara)

Dispensa a cobrança do imposto do selo em contrato de promessa de compra e venda firmado entre a Associação Brasileira para Rearmamento Moral e os proprietários do "Sítio São Luiz", localizado em Petrópolis.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 292, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.035-B-65

(Número na Câmara)

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S. A. — CERPASA — destinada à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, no Estado do Pará.

A PROMULGAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 1965

É criada a Comissão de Valorização Econômica da Amazônia, composta de cinco membros.

(Apresentado pelo Sr. Senador Edmundo Levi e outros).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1965

Altera o Art. 160 da Resolução nº 8, de 1960.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 97, DE 1965

Suspende a execução do Decreto nº 1.987, de 19-12-63, bem como as

Leis ns. 9, de 1-11-35 e 67, de 20 de janeiro de 1938, do Estado de Minas Gerais.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 98, DE 1965

Suspende a execução do Art. 1º da Lei nº 2.019, de 23-12-52, do Estado de São Paulo.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 99, DE 1965

Suspende a Execução da Lei número 3.788, de 28-11-60, do Estado de Pernambuco.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 100, DE 1965

Suspende a execução da Lei número 2.928, de 18-8-63, do Estado do Rio Grande do Norte.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 101, DE 1965

Prorroga por um ano a licença concedida a Luiz Renato Vieira da Fonseca, Auxiliar Legislativo, PL-8, da Secretaria do Senado Federal, para ficar à disposição do Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE), sem vencimentos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102, DE 1965

Aposenta Adonias Pedro da Costa, Motorista, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 105, DE 1965

Suspende a execução do Art. 58 da Lei estadual nº 2.622, de 30-11-56, do Estado de Pernambuco.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 106, DE 1965

Suspende a execução da Lei número 2.375, que criou o município de São João do Paraíso, no Estado do Maranhão, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 107, DE 1965

Suspende a execução da Lei número 2.471, de 21-8-62, do Estado de Alagoas, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 109, DE 1965

Exonera, a pedido, Aarão Becerra, do cargo de Auxiliar de Limpeza, PL-15, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 110, DE 1965

Aposenta Lucio Machado Costa, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 111, DE 1965

Aposenta Roldão Pimentel Simas no cargo de Chefe de Portaria PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 113, DE 1965

Aposenta Manoel de Andrade Moura no cargo de Controlador Gráfico, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.669-63

(Número na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 156, DE 1964

(Número no Senado)

PROJ. DE DEC. LEGISLATIVO Nº 95-63

(Número na Câmara)

Mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas de Registro a termo aditivo a contrato celebrado entre o Governo da União e o Governo do Estado da Bahia, para manutenção da Escola de Iniciação Agrícola, no Município de Canavieiras.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE DEC. LEGISLATIVO Nº 118-A/64

(Número na Câmara)

Determina o registro do contrato de empréstimo celebrado entre a União e o Governo do Estado do Pará, no valor de Cr\$ 300.000.000.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1965

(Número no Senado)

PROJ. DE DEC. LEGISLATIVO Nº 67-A/63

(Número na Câmara)

Mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro a contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Nunzio Briguglio, como outorgado comprador.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE DEC. LEGISLATIVO Nº 93-A/63

(Número na Câmara)

Mantém decisão denegatória de registro aditivo a contrato entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE DEC. LEGISLATIVO Nº 233-B/65

(Número na Câmara)

Aprova o Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre o Brasil e a Argentina, em 2 de junho de 1948.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE DEC. LEGISLATIVO Nº 231-A-65

(Número na Câmara)

Aprova o Acordo que estabelece um regime provisório aplicável a um sig-

tema comercial mundial de comunicações por satélite, respectivo Acordo Especial, concluídos em Washington, em 20 de agosto de 1964, e assinados pelo Brasil em 4 de fevereiro de 1965.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE DEC. LEGISLATIVO Nº 23-A/65

(Número na Câmara)

Aprova o texto do Protocolo firmado pelo Brasil em Washington, em 19 de abril de 1965, que prorroga o prazo de vigência do Acordo Internacional do Trigo, em 1962.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE DEC. LEGISLATIVO Nº 183-A/64

(Número na Câmara)

Mantém decisão do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 27 de novembro de 1948 entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e a firma M. Lupton & Cia.

AO ARQUIVO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1964

Suspende a execução das Leis números 544, de 6 de março de 1953, 503, de 8 de novembro de 1952 e 506, de 6 de março de 1955, do Estado da Bahia.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 90, DE 1965

Suspende a execução do Decreto nº 1.078, de 31 de março de 1944, do Estado de Minas Gerais, que criou o imposto de exploração agrícola e industrial.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 1964

Institui o empréstimo, pela União, aos Estados cuja produção de trigo exceder à média dos três últimos anos, para aplicação no aproveitamento do potencial gerador de energia elétrica.

(Apresentado pelo Senhor Senador Ermídio de Moraes).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 1964

Regula a cobrança do imposto de vendas e consignações nos Estados.

(Apresentado pelo Senhor Senador Vasconcelos Tôrres).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 1964

Concede aposentadoria e pensões integral aos trabalhadores segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

(Apresentado pelo Senhor Senador Vasconcelos Tôrres).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1964

Considera morte em defesa da ordem, das instituições e do regime o Major Aviador Rubens Florentino Vaz.

(Apresentado pelo Senhor Senador Padre Calazans).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 1965

Inclui o aluguel entre as despesas dedutíveis na declaração de imposto de renda.

(Apresentado pelo Senhor Senador Arthur Virgílio).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 1965

Dispõe sobre a aplicação dos corretivos de desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, de acordo com os índices fornecidos pelo órgãos oficiais competentes, aos vencimentos salariais e soldos de servidores públicos civis ou militares da União.

(Apresentado pelo Senhor Senador Vasconcelos Tôrres).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 1964

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 206-B/63

(Número na Câmara)

Define o crime de sonegação fiscal, e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 66-63 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 1964

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 1.498-B/60

(Número na Câmara)

Institui o voto dos brasileiros no estrangeiro.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Colombo de Souza).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 262-B/63

(Número na Câmara)

Estabelece normas para o uso do livro didático nas escolas de ensino médio do País e dá outras providências.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Padre Nobre).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 236, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.187-A/65

(Número na Câmara)

Altera a redação da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

A CÂMARA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 1964

Considera 1º de outubro como a data anual comemorativa do dia do viajante comercial.

(Apresentado pelo Senhor Senador Vasconcelos Tôrres).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 1965

Inclui entre as contravenções penais referidas na Lei nº 1.390, de 1951, a discriminação racial nos anúncios sobre contratação de empregados.

(Apresentado pelo Sr. Senador Bezerra Neto).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 1965

Declara de utilidade pública a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

(Apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Tôrres).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 1965

Dispõe sobre o processo judicial de mudança de nome ou de prenome do brasileiro por naturalização e dá outras providências.

(Apresentado pelo Sr. Senador Bezerra Neto).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1964

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.185-R-64

(Número na Câmara)

Proíbe a impressão de revistas destinadas à infância e à juventude que

explorem temas baseados na violência, no crime ou no terror.

(Apresentado pelo Sr. Deputado Eurico de Oliveira).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.513-A-63

(Número na Câmara)

Reorganiza o Quadro de Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 11-1962 — TRT 2ª Região).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 205, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.690-B-1965

(Número na Câmara)

Retifica, sem ônus para a União a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

(Apresentado pelo Deputado Alimar Baleeiro).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 234, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 479-C-1963

(Número na Câmara)

Torna obrigatória a qualidade de jornalista para a ocupação dos cargos do Serviço relacionados com a imprensa falada ou televisada e dá outras providências.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 239, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.000-1365

(Número na Câmara)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 255, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.196-B-1965

(Número na Câmara)

Altera a legislação sobre o imposto de renda, e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 748-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 257, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.209-B-1965

(Número na Câmara)

Dispõe sobre o Estatuto do Magistrado Superior.

(Apresentado pela Mensagem número 746-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 258, DE 1965

(Número na Câmara)

Autoriza o Ministério da Fazenda a efetuar a doação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional às entidades que menciona, e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 749-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 263, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.208-B-1965

(Número na Câmara)

Cria medidas de estímulo à indústria de construção civil.

(Apresentado pela Mensagem número 733-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 264, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.206-B-1965

(Número na Câmara)

Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

(Apresentado pela Mensagem número 790-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.065-1965

(Número na Câmara)

Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal, para o exercício de 1966.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 285, DE 1965

(Número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.273-B-1965

(Número na Câmara)

Dispõe sobre o uso de cotres de carga nos transportes de mercadorias.

(Apresentado pela Mensagem número 824-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 291, DE 1965

(Número no Senado)

Dá nova redação ao Art. 2º e ao § 1º do Art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 831-65 — Poder Executivo).

PROJETOS DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO, COM TRAMITAÇÃO ENCERRADA

AO ARQUIVO

PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1958

Dispõe sobre a unicameralidade do Poder Legislativo Federal.

(Apresentado pelo Sr. Senador Coimbra Bueno e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1961

Dá nova redação ao item III, do artigo 93 da Constituição Federal.

(Apresentado pelo Sr. Senador Cassilo Celestino e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1961

Modifica o artigo 63, I, da Constituição Federal.

(Apresentado pelo Sr. Senador Daniel Krieger e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1962

Altera a redação do artigo 186 da Constituição Federal, (obrigatoriedade de concurso para investidura em cargo inicial de carreira e proibição de nomeações internas).

(Apresentado pelo Sr. Senador Coimbra Bueno e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1962

Dá nova redação ao artigo 20 da Constituição Federal.

(Apresentado pelo Sr. Senador Coimbra Bueno e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1963

Altera a redação do inciso IX, do artigo 157, da Constituição Federal.

(Apresentado pelo Sr. Senador Guido Mondim e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1964

Dá nova redação à alínea "a" do Item I do artigo 101, e ao Item IX,

do artigo 124, da Constituição Federal (juizamento dos membros das Assembleias Legislativas, nos crimes comuns).
(Apresentado pelo Sr. Senador Vivaldo Lima e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1964 (S.F.)

Altera os arts. 79 e 217 da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. (Eleição de Presidente e Vice-Presidente).

(Apresentado pelo Sr. Senador Jefferson de Aguiar e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1964. (S.F.)

Dispõe sobre a prestação de contas, pelos Municípios, das importâncias recebidas da União.

(Apresentado pelo Sr. Senador Lopes da Costa e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1964. (S.F.)

Altera a redação dos arts. 145 e 157, da Constituição Federal.

(Apresentado pelo Sr. Senador Guido Mondim e outros).

PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 1965

Dá nova redação ao art. 139, I, letra "a", da Constituição Federal. (Reeleição do Senhor Presidente da República).

(Apresentado pelo Senhor Senador Josué de Souza e outros).

INFORMAÇÕES

REQUERIMENTOS DE

(Apresentados e deferidos)

REQUERIMENTO Nº 710, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — SAPS — informações sobre estudos visando a criação de postos de abastecimento nos municípios.

REQUERIMENTO Nº 711, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento de Portos e Vias Navegáveis — informações sobre a reconstrução do Porto de Mar e Piedade, em Magé, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 712, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil — Carteira de Crédito Agrícola — Industrial — informações sobre financiamento de empresa cafeeira.

REQUERIMENTO Nº 713, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — informações sobre conservação do Forte Defensor Perpétuo, no Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 714, DE 1965

Do Sr. Senador José Leite, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, informações sobre concorrência de Projetos para ponte rodoviária a ser construída sobre o rio São Francisco, entre as cidades de Propriá (SE) e Porto Real (AL).

REQUERIMENTO Nº 717, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento

Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — PETROBRAS — informações sobre o pagamento de impostos à Prefeitura de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 718, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro — informações sobre a devolução de Taxas.

REQUERIMENTO Nº 719, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento de Portos e Vias Navegáveis — informações sobre reconstrução do porto de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 720, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNER — informações sobre calçamento da Estrada Velha da Estrêla, Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 722, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, informações sobre a situação do Aéreo Clube do Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 723, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, informações sobre a disparidade de preços de venda dos apartamentos dos Institutos no Distrito Federal.

REQUERIMENTO Nº 724, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, informações sobre ocorrências de casos de tuberculose em Campos, Estado do Rio.

REQUERIMENTO Nº 725, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Serviço de Proteção aos Índios, informações sobre abandono de urbe indígena em Paraty Mirim, no Município de Paraty, Estado do Rio.

REQUERIMENTO Nº 726, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — SAMDU — informações sobre o critério adotado para instalação de postos do SAMDU nos Municípios.

REQUERIMENTO Nº 727, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento de Portos e Vias Navegáveis — informações sobre a construção de porto em São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 728, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento

Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Guerra, informações sobre restabelecimento do Tiro de Guerra em Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 729, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Rede Ferroviária Federal — Estrada de Ferro Leopoldina — informações sobre a cessação da antiga estação de passageiros em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 730, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, informações sobre a Missão a África.

REQUERIMENTO Nº 731, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, informações sobre o montante da dívida do IPASE para com a Fundação Hospitalar de Brasília, decorrente da assistência prestada aos funcionários do Hospital Distrital, nos anos de 1960, 1961, 1962, 1963, 1964 e 1º semestre de 1965.

REQUERIMENTO Nº 733, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS — informações sobre o saneamento do rio Paqueta, em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 737, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através da Companhia Siderúrgica Nacional, informações sobre o acordo firmado com o Departamento de Portos e Rios Navegáveis, para melhoramentos do porto de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 738, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Instituto do Açúcar e do Alcool, informações sobre medidas visando à defesa da lavoura canieira e indústria do açúcar e do alcool, no Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 739, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho, informações sobre a disparidade de preços de venda de apartamentos dos Institutos no Distrito Federal.

REQUERIMENTO Nº 740, DE 1965

Do Sr. Senador Ermirio de Moraes, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Ministério da Fazenda, informações sobre o montante das dívidas externas do Brasil e o total das operações SWOPS autorizados pelo Banco Central da República.

REQUERIMENTO Nº 741, DE 1965

Do Sr. Senador Lopes da Costa, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, informações sobre

instalação de Agência do IPASE em Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

REQUERIMENTO Nº 742, DE 1965

Do Sr. Senador Ermirio de Moraes, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Ministério da Fazenda, informações sobre assuntos ligados a setores industriais que evidenciam desenvolvimento entre 1964 e 1965.

REQUERIMENTO Nº 743, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, informações sobre a Consolidação da Lei de Sociedades Anônimas (Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940).

REQUERIMENTO Nº 744, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social — SAMDU — informações sobre a continuação das obras do Hospital do IAPC, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 745, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS — informações sobre a recuperação do canal que corta a Avenida Carioca, na Vila Resali, em São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 746, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através da Comissão de Marinha Mercante — informações sobre as condições de navegabilidade das embarcações da Companhia de Navegação Sul-Fluminense.

REQUERIMENTO Nº 749, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, Serviço de Proteção aos Recursos Naturais, informações sobre levantamento da reserva de madeiras existentes em Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 749, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — informações sobre planos para recuperação da Igreja de São Benedito em Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 750, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, informações sobre levantamento estatístico de banana, nos Municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 751, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde — DNERU — informações sobre a campanha de extermínio aos mosquitos, em Imbariê, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 752, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, informações sobre medidas adotadas visando à defesa da bananicultura em Itaguaí, Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, Estado do Rio.

REQUERIMENTO Nº 763, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNER — informações sobre entrega ao tráfego da ponte de cimento armado sobre o Rio Macaçu, na Estrada de Contorno Rio-Mage-Niterói.

REQUERIMENTO Nº 754, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Instituto do Açúcar e do Alcool, informações sobre medidas visando ao crescimento da produção de aguardente.

REQUERIMENTO Nº 761, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, informações sobre recepção, pelo Embaixador do Brasil, na Bélgica, a Comissão Brasileira, por ensejo da passagem da data de 7 de setembro.

REQUERIMENTO Nº 764, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, informações sobre nomeação de candidatos aprovados em concurso para o Cargo de Agente Fiscal de Rendas Internas.

REQUERIMENTO Nº 765, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do DASF, informações sobre realização do concurso para Agente Fiscal de Rendas Internas.

REQUERIMENTO Nº 766, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE — informações sobre estudos visando a criação de escolas de pesca nos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 767, DE 1965

Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, informações sobre a marcha dos trabalhos do Grupo de Estudos sobre a Economia da Borracha, criado junto ao Ministério do Planejamento.

REQUERIMENTO Nº 768, DE 1965

Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Sr. Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, informações sobre a marcha dos trabalhos do Grupo de Estudos sobre a Economia da Borracha, criado junto ao respectivo Ministério.

REQUERIMENTO Nº 769, DE 1965

Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Ministério da Indústria e do Comércio, informações sobre a marcha dos trabalhos do Grupo de Estudos sobre a Economia da Borracha, criada junto ao Ministério do Planejamento.

REQUERIMENTO Nº 770, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Ministério das Minas e Energia, informações sobre sondagens de possível poço petrolífero entre as cidades de Campos e São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 771, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, informações sobre ingresso na carreira diplomática.

REQUERIMENTO Nº 767, DE 1965

Do Sr. Senador Ruy Carneiro e outro Senhor Senador, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Ministério da Educação e Cultura, informações sobre verbas destinadas ao Governo do Estado da Paraíba, no período de 30 de junho a 30 de outubro de 1965.

REQUERIMENTO Nº 802, DE 1965

Do Sr. Senador Lopes da Costa, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, informações sobre execução de investimentos através do Departamento dos Correios e Telégrafos.

MENSAGENS APRECIADAS**MENSAGEM Nº 254, DE 1965**

(número no Senado)

(Nº 683, de 1-9-65, na Presidência)

Do Sr. Presidente da República submetendo ao Senado Federal a indicação do Senhor José Soares Torres para Diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, na vaga aberta com a exoneração do Sr. João Batista Marchesi.

MENSAGEM Nº 411, DE 1965

(número no Senado)

(Nº 797, de 5-10-65, na Presidência)

Submete à aprovação do Senado Federal a destinação do Sr. Renato Firmino Maia de Mendonça, para exercer, em comissão, a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Índia.

MENSAGEM Nº 442, DE 1965

(número no Senado)

(Nº 860, de 25-10-65, na Presidência)

Do Sr. Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal a designação do Sr. Adolpho Justo Bezerra de Menezes, para exercer, em comissão, a função de Embaixador Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Paquistão.

Brasília, DF, em 17-2-65 — Vicente de Paula de Souza Lopes, Auxiliar Legislativo PL-10. — Célia Thereza de Assumpção, Chefe do Protocolo Geral.

RESENHA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DO SENADO FEDERAL REFERENTE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 1965 (DE 1º A 10) ORGANIZADA PELA SINOPSE DO PROTOCOLO GERAL DA DIRETORIA DO EXPEDIENTE

A SANÇÃO**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 211, DE 1965**

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 1.905-B, de 1964, na Câmara)

Fixa normas para a elaboração do Esquema Financeiro das safras cafeeiras. (Apresentado pelo Sr. Dep. Geraldo de Barros).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 274, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 1.533-B, de 1960, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República dos Estados Unidos do México.

(Apresentado pela Mensagem número 23-60 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 277, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 2.071-B, de 1964, na Câmara)

Dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal. (Apresentado pelo Sr. Dep. Peixoto da Silveira).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 284, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.272-B, de 1965, na Câmara)

Estende aos Servidores de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará, o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira, e dá outras providências.

(Apresentado pela Mensagem número 823-65 — Poder Executivo).

PROJETO DA LEI DA CÂMARA Nº 287, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.278-B-65 (número na Câmara)

Dispõe sobre a fusão dos cargos de Assistente Jurídico e de Assessor de Direito Aeronáutico, do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica. (Apresentado pela Mensagem número 830-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 290, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.271-B, de 1965, na Câmara)

Isenta dos impostos de importação o consumo e de outras contribuições fiscais, os alimentos de qualquer natureza, e outras utilidades, adquiridos no exterior, mediante doação pelas instituições em funcionamento no País, que se dediquem à assistência social.

(Apresentação pela Mensagem número 821-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 294, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 1.176-B, de 1963, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para a complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes", no Território Federal do Amapá.

(Apresentado pela Mensagem número 375-63 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 296, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.274-B, de 1965, na Câmara)

Institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelece medidas contra o desem-

prego e de assistência aos desempregados, e dá outras providências. (Apresentado pela Mensagem número 825-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 297, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 4.370-B, de 1965, na Câmara)

Autoriza o Ministério da Marinha a aproveitar na classe inicial das séries de classes de suas especialidades, após conclusão de curso, todos os alunos bolsistas e os aprendizes das Escolas Técnicas e Industriais reconhecidas ou classificadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

(Apresentado pela Mensagem número 4.730-B-62 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 298, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 1.047-B, de 1963, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 86.087.100 (oitenta e seis milhões, oitenta e sete mil e cem cruzeiros) para atender às despesas decorrentes das Segundas Reuniões Anuais (CIES) da Organização dos Estados Americanos. (Apresentado pela Mensagem número 292-63 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 300, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.277-A, de 1965, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 512.738 (quinhentos e doze mil setecentos e vinte e nove cruzeiros) ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, para atender a despesas dos exercícios de 1958 a 1962.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 301, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 2.978-B, de 1961, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes do asilo concedido pelo Brasil a cidadãos da República Dominicana.

(Apresentado pela Mensagem número 178-61 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 303, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 208-B, de 1963, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da viagem do Senhor Presidente da República do Chile.

(Apresentado pela Mensagem número 69-63 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 304, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.350-A, de 1965, na Câmara)

Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. (Apresentado pela ...).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 305, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.334-B, de 1963, na Câmara)

Cria cargos de Professor de Ensino Superior e de Diretor, no Quadro de

Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, e das outras providências.
(Apresentado pelo Mensagem número 940-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 308, DE 1965
(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 2.258-B, de 1960, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender a despesas com um dique flutuante, procedente dos Estados Unidos da América do Norte.

(Apresentado pela Mensagem número 314-60 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 309, DE 1965
(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.133-B, de 1965, na Câmara)

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento para produção de fôrma a ser importado por "Resinas Sintéticas e Plásticas S.A." — RESINPLA — com sede em Porto Alegre e fábrica em Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul.

(Apresentado pelo Deputado União Machado).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 315, DE 1965
(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.308-B, de 1965, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 533.412.079 (quinhentos e trinta e três milhões quatrocentos e doze mil e setenta e nove cruzeiros) para atender ao pagamento de diferença de proventos e vantagens aos inativos da Rede Vição Paraná-Santa Catarina, relativa aos anos de 1961 e 1962.

(Apresentado pela Mensagem número 898-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 316, DE 1965
(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.328-B, de 1965, na Câmara)

Autoriza o Ministério da Marinha a incluir na Receita do Fundo Naval as indenizações a verbas orçamentárias de exercícios financeiros já encerrados.

(Apresentado pela Mensagem número 915-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 317, DE 1965
(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.331-B, de 1965, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de 2.070.000.000 (dois bilhões e setecentos milhões de cruzeiros) destinada a atender a despesas com a Fábrica Presidente Vargas, em Piquete.

(Apresentado pela Mensagem número 930-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 318, DE 1965
(número no Senado)

(Projeto de Lei nº 3.346-B, de 1965, na Câmara)

Modifica dispositivos da Lei número 3.119, de 31 de março de 1957, que autoriza a União a construir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari S.A." — SOTELCA.

(Apresentado pela Mensagem número 941-65 — Poder Executivo).

A PROMULGAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 46, DE 1965

(número no Senado)

(Projeto de Decreto Legislativo nº 207-B-65, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado, em 18 de maio de 1961, entre o Ministério da Fazenda e a Companhia de Cimento Portland Cauê.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 114, DE 1965

Exonera, a pedido, Myrthes Nogueira, Taquígrafa de Debates PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 115, DE 1965

Aposenta Djalmá Pereira Madruga no cargo de Chefe de Portaria, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 166, DE 1965

E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a execução do artigo 20, nº 1, da Lei nº 760, de 26 de outubro de 1951, do Estado de Minas Gerais.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 117, DE 1965

Autoriza o Governo de São Paulo a firmar contrato de compra e venda a prazo, com a Transport Maschinen Export-Import, de propriedade do Governo da República Democrática Alemã.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 118, DE 1965

Aposenta Julieta Ribeiro dos Santos, no cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 119, DE 1965

Nomeia Geraldo Gama de Azevêdo para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Adjunto de Conservador de Documentos, PL-7, da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 120, DE 1965

Nomeia Nilson Simões da Luz, para o cargo de Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 121, DE 1965

Aposenta o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2 — Vital Martins Ferreira.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 122, DE 1965

Aposenta José Vieira dos Santos Filho, Auxiliar de Portaria, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 123, DE 1965

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a assumir, perante o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, compromisso decorrente de um Contrato de Fundos para o Projeto de construção da Usina Hidroelétrica de Paranapanema S.A. — USELPA.

(Apresentado pela Comissão de Finanças).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 125, DE 1965

Aposenta Adherbal Távora de Albuquerque, Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

(Apresentado pela Comissão Diretora).

AO ARQUIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 350, DE 1948

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 135-B-48
(número na Câmara)

Assegura aos advogados o direito de receberem autos com vista e em confiança.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 302, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 4.743-B-22
(número na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado exclusivamente à indenização, por motivo de dispensa, de funcionários e empregados brasileiros e bolivianos, da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

(Apresentado pela Mensagem número 124-62 — Poder Executivo).

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 55, DE 1965

Suspende a execução do Art. 2º da Lei nº 1.215, de 6 de janeiro de 1964 e do Decreto nº 591, de 25 de fevereiro de 1959, do Estado do Mato Grosso.

(Apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 319, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 3.332-B-65
(número na Câmara)

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico destinado à Telefônica de Piracicaba, Estado de São Paulo.

(Apresentado pela Mensagem número 932-65 — Poder Executivo).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 299, DE 1965

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 2.964-B-65
(número na Câmara)

Autoriza o Instituto Brasileiro do Café a doar área de terreno à Universidade de Campinas.

(Apresentado pelo Deputado Herbert Levy).

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 23, DE 1964

(número no Senado)

PROJETO DE LEI Nº 4.295-B-65
(número na Câmara)

Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e das outras providências.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 8, DE 1965

E' considerada de utilidade pública a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói, com sede à rua Dr. Celestino, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

(Apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Tôrres).

MENSAGENS APRECIADAS

MENSAGEM Nº 571, DE 1965

(número no Senado)

Nº 1.062, DE 8-12-65

(número na Presidência)

Do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Estrada da Silva Gueiros para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

MENSAGENS Nº 570, DE 1965

(número no Senado)

Nº 1.061, DE 8-12-65

(número na Presidência)

Do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal o nome de José Joaquim Moreira Rabello para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

MENSAGEM Nº 569, DE 1965

(número no Senado)

Nº 1.060, DE 8-12-65

(número na Presidência)

Do Sr. Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Garcia para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

REQUERIMENTO Nº 824, DE 1965

Do Sr. Senador Raul Giuberti, solicitando, nos termos do Regimento Interno, a Presidência da Eletrobrás, informações sobre energia fornecida pela GEMIG no Estado do Espírito Santo.

REQUERIMENTO Nº 830, DE 1965

Do Sr. Senador Filinto Müller, solicitando ao Ministério da Viação e Obras Públicas, através da RFF S. A. e E. F. Noroeste do Brasil, informações sobre conclusões do Grupo de Trabalho criado para efetuar um levantamento geral de ocorrências verificadas na E. F. Noroeste do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 831, DE 1965

Do Sr. Senador Filinto Müller, solicitando, nos termos do Regimento Interno ao Ministério da Fazenda, através do Banco do Brasil e do BNDE, informações sobre empréstimos ao Frigorífico Matogrossense S. A. de Campo Grande, Estado do Mato Grosso.

REQUERIMENTO Nº 832, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS —, informações sobre a abertura da barra permanente da Lagoa de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 233, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio — IBC — informações sobre a concessão de financiamento para implantação de novo sistema de beneficiamento do café, por processos eletrônicos, ao Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 834, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — RFF S. A. — informações sobre construção de viaduto na passagem de nível em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 835, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNERu — informações sobre providências adotadas relativas à poluição das águas da Lagoa de Araruama, município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 836, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS — informações sobre a dragagem do canal de Iguaçu, município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 837, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS — informações sobre dragagem no Rio São Pedro, município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 838, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS — informações sobre dragagem do Rio Sarapuí, município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 839, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS — informações sobre dragagem dos cais que desaguam na Lagoa de Cima, município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 840, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE — informações sobre instalação de Escola de Pesca em Parati, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 841, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS — informações sobre dragagem do Rio São João, em Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 842, DE 1965

O Sr. Senador Vivaldo Lima, solicitando ao Ministério da Fazenda, informações sobre automóveis desembarcados na Alfândega de Manaus, no período de 1961 a 1965.

REQUERIMENTO Nº 844, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando, nos termos do Regimento Interno, ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — RFF — informações sobre a prorrogação de contratos de conservação de linhas até o dia 10 de março de 1966.

REQUERIMENTO Nº 845, DE 1965

Do Sr. Senador Filinto Müller, solicitando ao Ministério da Viação e Obras Públicas, através da RFF S. A.

e E. F. N. B., informações sobre percepção, a título de vencimento e de diárias no corrente ano, o Superintendente da E.F.N.B. General Ramiro Gorrote Júnior e o seu Assistente, General Frágoso.

REQUERIMENTO Nº 846, DE 1965

Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, informações sobre financiamento à Celulose e Papel do Pará Ltda.

REQUERIMENTO Nº 857, DE 1965

Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando ao Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, informações sobre financiamento à Amazônia Tintas, Indústrias e Comércio S. A. pela SPVEA.

REQUERIMENTO Nº 858, DE 1965

O Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas DNER — informações sobre a participação em dinheiro do DNER na construção da nova Estação Rodoviária no Estado da Guanabara.

REQUERIMENTO Nº 859, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas DNER — informações sobre a continuação das obras da rodovia BR-101, paralisada há 25 anos, apesar da vital importância para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

REQUERIMENTO Nº 860, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DCT — informações sobre liberação de verba desti-

nada ao pagamento do pessoal contratado em várias Agências do Correio do Estado do Rio.

REQUERIMENTO Nº 861, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando ao Poder Executivo através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNER — informações sobre as obras das rodovias que substituirão os ramais extintos pela Rede Ferroviária Federal, no Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 862, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde — Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina — informações sobre o prazo de validade dos remédios à venda nas drogarias e farmácia.

REQUERIMENTO Nº 863, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio — IAA — informações sobre a colocação no mercado exterior do excedente da produção de açúcar no Estado do Rio de Janeiro.

REQUERIMENTO Nº 864, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura — IBRA — informações sobre o serviço de cadastramento das propriedades rurais em todo o País.

REQUERIMENTO Nº 865, DE 1965

Do Sr. Senador Vasconcelos Tôres, solicitando ao Poder Executivo, através da SUNAB — informações sobre a aferição de balanços dos estabelecimentos comerciais que negociam com gêneros alimentícios.

Brasília, DF, 28 de fevereiro de 1966. — *Vicente de Paula de Souza Lopes*, Aux. Legis. PL-10. — *Célia Tereza Assumpção*, Chefe do Protocolo-Geral.

Falta página nº 235

Falta página nº 236

Falta página nº 237

Falta página nº 238

Falta página nº 239

Falta página nº 240

Falta página nº 241

Falta página nº 242

Falta página nº 243

Falta página nº 244

própria, o porto elétrico da Areia Branca.

Estou informado de que entre as firmas que operam em Macau, a Companhia Lage e a Matarazzo estão resolvidas a — conforme o caso — enfrentarem o problema em Macau. A despesa se eleva a oito bilhões de cruzeiros, cada uma, ao que parece. Esperar que o Governo disponha de dinheiro para fazê-lo, é esperar demais. E empresas particulares, como propus, é que seria interessante.

Uma das empresas comunicou — e eu não entrei em indagações porque nada podia prometer nem adiantar o meu ponto de vista sobre o problema — que entraria com todo o capital, apenas o Governo lhe faria concessões e não estaria sujeita a tarifas, para fazer instalações especiais em cada salina, e cada qual teria direito de embarcar o seu sal pagando o preço que o Governo determinasse. Há em Macau grandes salinas. A Companhia de Navegação, a Lage e a Matarazzo entraram em entendimento — eu não conheço os termos do documento — propondo condições para satisfazer a essas necessidades. Porque o problema do sal e de produção e também de transporte. Muita gente pergunta por que importamos sal atualmente dos Estados Unidos da Alemanha e da Tunísia, um pouco, e podemos vendê-lo pelo preço nacional e ainda obter lucro. Perguntam qual a razão.

A razão é a seguinte: o preço do sal transportado de Macau ou de Areia Branca é muito elevado, devido, exatamente ao freteamento.

O SR. ANTONIO MOTA (Assessor) — Esse transporte ficava entre Cr\$ 21.000, a Cr\$ 23.000 a tonelada.

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — O sal trazido da Alemanha, por exemplo, ficava, na questão de transporte, por apenas US 6 ou US 7 a tonelada.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Enquanto importava o transporte de sal da Europa para o Brasil?

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — Por seis e meio dólares a tonelada.

Tentamos transportar sal dos Estados Unidos para o Brasil e houve carência de navios. Explica-se porque: na mesma ocasião, por coincidência, a Rússia comprou alguns milhões de toneladas de sal. Não havia transporte suficiente para atender a demanda das encomendas dos outros países importadores. Não conseguimos, é claro, navios transportadores e tivemos mesmo que nos sujeitar a navios-tanques, que eram os únicos livres naquela ocasião.

Se tivéssemos uma frota apropriada para esse transporte estaríamos a salvo dessas eventualidades. O Instituto do Sal manteve, há tempo, não direi convenção, mas uma espécie de concordância com o Lóide, que fazia a chamada linha do sal. O Instituto dividia a carga com determinado navio. Deu bom resultado.

Quando o Lóide estava na linha do sal, o Instituto é que distribuía os preços. O Instituto sabia que o salineiro tinha sal e estabelecia o equilíbrio entre os salineiros.

O Matarazzo fretou um navio e quando o Instituto quis intervir para determinar a carga do navio o Matarazzo requereu um mandado de segurança e foi concedido.

Toda essa situação não pode garantir. Essa é a situação geral do problema do sal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígefredo Pacheco) — Está com a palavra o Sr. Senador Atílio Fontana, Relator.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Ouvimos o relato do Sr. Presidente do Instituto, que esclareceu bastante essa questão do sal. Realmente fomos surpreendidos quando soubemos que o Brasil era um produtor de sal em larga escala, que havia sal que ficava estocado

anos a fio e de um momento para outro tivemos que exportar. Depois, comecei a tomar conhecimento de que as condições climáticas haviam, de fato, influido muito, até mais do que o transporte. Agora, ficamos bem a par de como está o problema do sal. Quais as perspectivas de abastecimento de sal? Prevê o Sr. Presidente a necessidade de novas compras no exterior?

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — Dentro de dois anos ainda precisaremos comprar sal. Enquanto não se tiver um fundo mais forte para adiantar dinheiro aos salineiros, continuará a situação. A Cia. Comércio e Navegação conta com cento e tantas mil toneladas, mas, normalmente, poderá chegar até 350 ou 400.000 toneladas, se dispusesse já de três bilhões de cruzeiros.

Esta semana mesmo fui visitado por um salineiro médio de Mossoró, para me mostrar que este ano aumentará 5 mil toneladas com o serviço que vai fazer. Outro salineiro do Rio Grande do Norte, que talvez seja o homem mais inteligente do Rio Grande do Norte, Sr. Souto, homem simples, não sabe conversar, mas é dono de uma boa fortuna e está ganhando muito dinheiro com sal. Mas emprega tudo que ganha nas suas salinas. O Sr. Souto está esperando produzir, este ano, 120 a 200 mil toneladas, com o trabalho que está fazendo.

De maneira que poderemos muito desenvolver, em 2 anos, se conseguirmos formar um bom Fundo. Temos já cinco ou seis processos de salineiros pedindo financiamento. Há uma empresa que, atualmente, não produz 100 mil toneladas, está com um projeto que pode fazê-la chegar a 350 mil, se puder realizá-lo. O problema é dinheiro. Esta a razão por que eu disse ao representante da SUDENE: precisamos pensar nos pequenos.

Um dos maiores conhecedores do problema de sal é um técnico francês, de uma companhia, que fez contrato em Lages. Ele produziu um estudo muito interessante. O Brasil está com um milhão e duzentas mil toneladas, o que há é um consumo muito grande. Creio que daqui há uns dois ou três anos chegaremos a dois milhões de toneladas de sal.

Isto é um problema de dinheiro; temos esperanças de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico se interesse agora pelo problema. Até onde vai este interesse ninguém pode prever.

O SR. MONSENHOR WOLFREDO GURGEL — A impressão que tenho é que a ampliação das salinas é de grande necessidade. A instalação da Química Bayer é uma instalação notável. Um alemão mostrou-se desejoso de montar uma fábrica de soda cáustica. Perguntei-lhe de quanto tempo precisava para projetar e montar a fábrica. Pelo menos dois anos, respondeu-me contanto que tenha sal no mercado do país. A Petrobrás precisa de sal. Não se pode deixar a Petrobrás sem sal, porque ela não pode parar a fabricação da matéria sintética. É preciso que não lhe falte determinada quantidade de sal. A Química Bayer precisa de sal; faltando-lhe o sal não pode fabricar anilinas.

O SR. ATILIO FONTANA — Qual o preço do sal posto a bordo no porto brasileiro?

O preço CIF?

O DR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — Posso dizer a V. Ex.^a, Sr. Senador, que estamos obtendo a sal estrangeiro mais ou menos na base de quatorze a quinze dólares a tonelada. Há um sal que vem do Chile, e que fui obrigado a comprar, aliás a Comissão de Marinha Mercante disse-me que poderia efetuar a compra, e o preço desse sal alcança dezesseis a dezessete dólares a tonelada. O normal, entretanto, é que o preço do sal

estrangeiro chegue aqui de quatorze a quinze dólares a tonelada, talvez menos, dependendo do navio.

O SR. SENADOR MONSENHOR WOLFREDO GURGEL — Pelo que deduzi, através os cálculos do dr. Mota, o sal chega do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro, aproximadamente pelo preço de quarenta mil cruzeiros a tonelada, quer dizer, quase o dobro do preço do sal, devido à operação de embarque.

O DR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — Exatamente, como disse o problema consiste na questão de transporte. Existe, no Nordeste, o procedimento do transporte através de barcas, que até então era o usado no transporte do sal, o que comportavam setenta toneladas. Entretanto essas barcas vão num dia e voltam, mas só podem voltar a carregar no dia seguinte, visto não haver possibilidade de se descarregar a mercadoria à noite.

Estamos agora entrando em entendimentos com a Comissão de Marinha Mercante justamente no sentido de serem construídas umas barcas de ferro motorizadas, sendo que apesar delas não podem ir muito longe, entretanto podem levar duzentas toneladas, ao invés de setenta.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Quantos milhões de dólares estamos dispendendo nessa fase de importação?

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — No ano passado, paguei ao Banco do Brasil, se não me engano, 1 milhão e meio de dólares. Até agora foi pago em dólar forte. Quem pagou foi o Instituto. Não é justo que o Instituto continue pagando o dólar convênio, sacando sobre o dólar forte. Este ano pode se contar que é de 2 milhões de dólares.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Que seriam quase quatro bilhões de cruzeiros.

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — No ano passado o Banco do Brasil pagou essa importância e fiquei ainda com um bilhão e setecentos mil cruzeiros.

Este ano não vai dar isso, mas pela situação que tive de resolver, espero importar de quatro a cinco bilhões. Depois teremos mais dinheiro.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Entendo que, com essa forma de entregar o sal por um preço mais elevado, o Instituto teria de ter um grande esforço no sentido de modernizar, de ampliar as nossas salinas...

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — Esse fundo é para isso!

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA ... para que possamos nos tornar auto-suficientes. A verdade é que o sal estrangeiro custa muito menos, mas quando importamos estamos gastando nossas divisas.

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — Esse fundo é para emprestar dinheiro e fazer o desenvolvimento das salinas. Não pudemos fazer isso até agora porque este ano, quando fui obrigado a entrar no mercado de importação, não tínhamos um centavo.

Eu não tinha um centavo meu. Tive de lançar mão do Fundo, porque o Banco do Brasil não nos dava crédito.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Sr. Presidente, estou perfeitamente esclarecido e agradeço, portanto, a exposição feita pelo Sr. Presidente do Instituto Nacional do Sal sobre a situação como ela se apresenta e a forma como o Instituto vai resolver o problema me parece muito acertada.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — A Cia. Nacional de Alcalis é grande consumidora de sal como matéria pri-

ma. Qual a orientação da Companhia, hoje, no sentido do seu abastecimento? Este é feito com sal comprado no País ou no estrangeiro?

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — A situação da Companhia Nacional de Alcalis é a seguinte: não há sal nacional para o seu consumo e ele só poderá ter plenitude de produção com um abastecimento de 18 mil toneladas de sal por mês.

A Companhia Nacional de Alcalis tinha um contrato com a Companhia de Comércio e Navegação que lhe forneceria 12 mil toneladas de sal por mês.

A Companhia Nacional de Alcalis dirigiu apelo ao Ministro, o qual, por sua vez, me transmitiu, no sentido de que o Instituto facilitasse a referida Companhia a solução do problema que seria, por via de consequência, importação. Eu não quis assumir responsabilidade da importação por que, confesso, é um trabalho muito grande e, se a pessoa não puder controlar, tudo fica mal.

Procurei a Companhia e expus o caso. Se eles quisessem fazer o serviço, colocando-me previamente a dispor. Houve, então, o seguinte entendimento: o Conselho do Instituto considerando que a Companhia Nacional de Alcalis, praticamente, é uma Companhia nem uma Sociedade Anônima, mas onde o Governo resolveu dar a licença para importação direta e pagar ao Instituto a metade da diferença do preço para Fundo desse Instituto.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — O que ela faz reclamando — esse pagamento ao Instituto.

O SR. PROFESSOR JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — De maneira que ela está com essa obrigação.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Mas há um convênio, se não me engano, para estudos sobre as jazidas de salgema do Nordeste — Sergipe, Alagoas. Está V. S.^a informado respeito da execução desse convênio?

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — Não há nenhuma comunicação sobre o problema. A própria PETROBRÁS já está estudando, mas não deu nenhum resultado. Estamos esperando pelos informes da PETROBRÁS.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Na década de 30, a Companhia Il explorando petróleo nas proximidades de Aracaju, encontrou jazidas de gema, é bem verdade que a 200 profundidade. Posteriormente, a empresa, nas suas pesquisas de petróleo, encontrou igualmente jazidas de salgema e fez estudos pormenorizados de toda a zona calcárea de Sergipe. Esses estudos levaram muitos a. Posteriormente, foram suspensos, que se tivesse uma explicação, motivos, quando, inclusive, a Cia já estava fazendo estudos com a taca Frankl, para a construção uma fábrica de soda nas proximidades de Aracaju.

Se chegou a fazer estudos para construção da fábrica, é porque estudos de pesquisa do minério, quer matéria-prima dessa fábrica estavam indicando, aconselhando industrialização dessa matéria-prima no local.

Sem nenhuma explicação, pelo menos nós desconhecemos a razão, os trabalhos foram suspensos por volta de 1950 e até hoje não foram retomados.

Posteriormente a isso, o que se nos foi deste convênio da SUD com a USAID, para continuação estudos em Sergipe e Alagoas.

Em Sergipe, a Petrobrás, em poucos para exploração de petróleo encontrou camadas de salgema e potássio, mais salgema. Na Petro-

Estes estudos estão fechados, ninguém os conhece. Sabe-se apenas o que consegue escapar de informações.

O SR. PROFESSOR JOSE FERREIRA DE SOUZA — Esses fatos nunca chegaram oficialmente ao conhecimento do Instituto. Sabíamos que havia revelação de sal-gema a uma profundidade, e os nossos técnicos informavam que era uma coisa de difícil exploração e que enquanto não se encontrasse mais perto era aconselhável pensar-se em sal-gema.

A Petrobrás agora é que, nos últimos estudos, encontrou. Eu me dirigi à Petrobrás, em companhia do grande amigo Júlio Leite, que requereu licença para fazer pesquisa da mina. Dirigi-me à Petrobrás. Pedimos que nos desse uma informação do caso. A Petrobrás fechou-se no assunto. Remeteu-me o seguinte ofício:

*ODE-387-65

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1965.

Senhor Presidente:

Acusamos o recebimento do ofício nº DT-65-3.998, de 3 de setembro último, do Sr. Diretor da Divisão Técnica desse Instituto, o qual nos apressamos em responder.

2. Nesta oportunidade, desejamos comunicar a V. Exa. que estamos atentos para com o aproveitamento dos recursos minerais de sais solúveis, descobertos pela nossa Empresa. Nesse sentido, temos nos preocupado com os programas e atividades desse Instituto, particularmente no que se refere à realização do I Congresso Brasileiro de Sal, cuja data gostaríamos de conhecer, assim que a matéria for aprovada pelo seu colendo Conselho Deliberativo.

3. É nossa preocupação a obediência aos dispositivos legais que regulam a pesquisa, industrialização e comercialização de sal-gema e dos sais de potássio.

4. Mantemos um dos mais experimentados técnicos desta Empresa em viagem de estudos e observações pelos países da América do Norte e do Continente Europeu, precisamente para traçar a última palavra no que se refere aos aspectos técnicos e econômicos, envolvendo, por um lado, a economia mundial de cloreto de sódio e, de outro, os sais de potássio.

5. Temos mantido contato com o Instituto Brasileiro de Potassa, em São Paulo, a fim de levantarmos dados estatísticos que julgamos necessários ao equacionamento, pela nossa Empresa, das necessidades nacionais de fertilizantes nos próximos anos, o que permitirá o planejamento racional e integral do aproveitamento dos sais de potássio e de sal-gema das Bacias Sedimentares de Sergipe e Alagoas e, ainda, da Bacia do Médio Amazonas.

6. Temos também o prazer de comunicar a V. Exa. que a forma de aproveitamento desses recursos minerais, por determinação do Ex-

celentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energia, está sendo estudada entre os órgãos mais diretamente ligados à sua pesquisa, que são o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Petrobrás, e esperamos que, dentro de poucos dias, o Governo Federal fixará definitivamente diretrizes sobre o assunto.

7. Atendendo à solicitação desse Instituto, julgamos de seu interesse imediato as seguintes informações:

1 — Grandes depósitos salíferos são encontrados na Bacia Amazônica e nas Bacias de Sergipe e Alagoas.

1.1 Na Bacia Amazônica, o sal ocorre em várias áreas do Médio Amazonas, nos pacotes evaporíticos da formação Nova Olinda (Carbonífero) a profundidade variando entre 500 a 1.500 m, associado a calcário, anidrita e gipsita. Embora não tenham sido encontrados boratos e sais de potássio na bacia salifera amazônica, a imensa área de ocorrência de evaporitos permite antever a sua descoberta, tão cedo esforços sejam dirigidos nesse sentido.

1.2 Em Nova Olinda, seis poços atravessaram camadas de sal, cobrindo uma área de 3 km², com espessura média de 150 m, permitindo uma estimativa da ordem de 10 bilhões de toneladas de sal-gema somente nessa área.

1.3 Em Cotiguiaba, Sergipe, é conhecida, desde 1940, a existência de camadas de sal-gema na formação Rachuelo-Muribeca, do Albano-Aptiano, a profundidade média de 1.200 m. Nesta área não há dúvida acerca da presença de sais de potássio sob a forma de carnalita, com teor de 9 a 13% de cloreto de potássio, na salmoura.

Tomando como média esse dado, estimávamos a reserva em 33 milhões de toneladas.

1.4 Recentemente, os poços de petróleo de Carmópolis revelaram camadas de sal-gema e sais de potássio na formação Muribeca, a profundidade da ordem de 500 m. O Cp-20D-3L foi o poço descobridor.

Os resultados das análises químicas indicaram, no intervalo de 545 a 577 m, uma zona de carnalita, com teor de KCl variando de 3,8% a 33,4%.

1.5 Em dois outros poços perfurados para óleo, foram tirados testemunhos da zona de sal.

1.6 Na parte oeste do campo, há uma área de cerca de 1.000 hectares com possíveis ocorrências de sal-gema e de sais de potássio.

1.7 Salienta-se, entretanto, que, dentro do campo, os exames megascópicos do sal-gema revelam que se trata de halita impura, mas, potencialmente, fora do campo, há possibilida-

des de se encontrar camadas espessas de 50, 100 ou mais metros de halita pura. Nesse sentido, embora não se disponham de testemunhos, o poço de Taquari, cerca de 5 km a noroeste do poço CP-16-SE, produtor de petróleo, recentemente abandonado após ter sido constatada a ausência de qualquer zona de interesse de petróleo, foi preparado para, no futuro, poder-se examinar a salmoura que vier a ser dele produzida por injeção e circulação de água, que possui, entre 500 a 900 m de profundidade, camadas de sal-gema.

2 — Dois outros fatos que poderão despertar interesse desse Instituto são os seguintes:

2.1 Alguns poços perfurados pela Petrobrás ao norte do Maranhão (PAF-2, PAF-3, PAF-4R) apresentaram surgência de água salgada (42.000 a 100.000 ppm), a profundidade de 650 a 750 m.

2.2 A SUDENE há muito vem se interessando pela investigação relativa à presença de sais de potássio nas áreas de Sergipe e Alagoas. Através de convênio com a ONU, foi assim preparado recentemente pela Consult Limited, do Canadá, para a Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, o trabalho denominado:

"Rock Salt and Potash Deposits in Brazil" (15-7-1964).

Para maiores informações, sugerimos que V. Exa. entre em contato com o Sr. George Peter, representante no Brasil daquela organização internacional, com escritório à Praia de Botafogo, 28, nesta Cidade.

8. Finalmente, louvamos a iniciativa do Instituto Brasileiro do Sal, referente ao projeto do I Congresso Brasileiro do Sal, e esperamos que em breve se concretize.

9. Temos certeza, que a esse Instituto está reservado um papel de excepcional importância em relação a essa nova fonte de cloreto de sódio e de sais de potássio que se abrirá para o País, dentro de três ou quatro anos, com perspectivas as mais promissoras, mesmo com a possibilidade de exportação de fertilizantes potássicos para os mercados da América do Sul e da África.

Aproveito o ensejo para expressar os protestos de alta estima e elevada consideração.

A) Ademir de Queiroz, Presidente."

Estas informações são recentes. Verifica-se que os problemas do sal marinho não se conflitam com os do sal-gema. A solução dos problemas de um pode perfeitamente ajudar na solução dos do outro. Nos Estados Unidos esses dois tipos de sal são igualmente usados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígefredo Pacheco) — O problema do sal não se resolve com muita produ-

ção, porque o alto preço do transporte e a impropriedade do transporte talvez impeçam o escoamento da produção aumentada, sem que o problema de porto seja anteriormente resolvido. Não vejo como conseguirmos trazê-lo do interior por caminhões-de-ferro até o navio, para embarcá-lo em navios de pequena tonelagem. Produção e Transporte são problemas a serem resolvidos concomitantemente, isto é, o aumento da produção das salinas, mediante financiamento, e o de porto de embarque que tornem o transporte mais barato. São abusivos os preços do Lóide Brasileiro e da Costeira, em navios próprios para trazer o sal.

São necessários aumento da produção e transporte barato para que o sal se torne produto de fácil aquisição pelo povo. Essas as conclusões a que cheguei.

Quero expressar nossos sentimentos em tê-lo no nosso meio. Foi para nós um dia muito honroso e muito alegre em aqui ter o eminente Professor Ferreira de Souza, ex-Senador que durante sua profícua atuação no Senado da República deixou gravados nos nossos Anais sua cultura, sua inteligência, e seu patriotismo, honrando e dignificando o mandato que o povo lhe outorgara.

Sentimo-nos grandemente satisfeitos com a explanação do antigo, brilhante e inteligente ex-Senador, atual Presidente do Instituto Brasileiro do Sal que, nessa nova atividade, dá o brilho de sua cultura para o equacionamento dos problemas ligados àquele autarquia.

Receizamo-nos, também, com o honrado Sr. Presidente da República, o ilustre Marechal Castello Branco, pela escolha do ex-Senador Ferreira de Souza para Presidente do Instituto Brasileiro do Sal.

É a homenagem que lhe tributo, em nome dos membros desta Comissão.

O SR. JOSÉ FERREIRA DE SOUZA — Sinto-me muito grato com a atenção de Vv. Exas., declarando a V. Exa., Sr. Presidente, que podendo os adjetivos gentis à minha pessoa, sou o mesmo homem, trabalhando com o mesmo interesse pela causa pública em qualquer função que me indicarem.

Relativamente ao sal, estou numa situação especial: sou filho do Estado que mais produz sal no País.

Resumindo a explanação, tenho a acrescentar que o sal se cinge a dois problemas: a produção propriamente do sal e o seu transporte.

Faço votos para que, na minha administração, possa surgir uma fórmula que solucione totalmente os problemas ligados ao sal.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígefredo Pacheco) — Mais uma vez agradecendo a presença do nosso ex-colega, o ex-Senador Ferreira de Souza, encerro os nossos trabalhos de hoje.

(Encerra-se a reunião às 17 horas e 30 minutos.)

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Adalberto Sena
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondin
 3º Suplente — Vasconcellos Torres
 4º Suplente — Raul Giuberti

AGRICULTURA

Presidente: Senador José Ermírio
 Vice-Presidente: Senador Eugênio Barros

TITULARES

Eugenio Barros
 José Feliciano
 José Ermírio
 Nelson Maculan
 Lopes da Costa
 Antonio Carlos
 Dilton Costa

SUPLENTE

1. José Leite
 2. Atílio Fontana
 3. Dix-Huit Rosado
 4.
 5. Daniel Krieger
 6. João Agripino
 7. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Senador Afonso Arinos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves.

TITULARES

Jefferson de Aguiar
 Antonio Baibino
 Wilson Gonçalves
 Ruy Carneiro
 Edmundo Levi
 Bezerra Neto
 Arthur Virgílio
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
 2. José Feliciano
 3. Filinto Müller
 4. Benedito Valladares
 5. Argemiro Figueiredo
 6. Melo Braga
 7. Oscar Passos
 8. Daniel Krieger
 9. Eurico Rezende
 10. João Agripino
 11. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Senador Aurélio Vianna
 Vice-Presidente: Senador Pedro Ludovico.

TITULARES

Pedro Ludovico
 Walfredo Gurgel
 Arthur Virgílio
 Melo Braga
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

COMISSÕES PERMANENTES**SUPLENTE**

1. José Feliciano
 2. Benedito Valladares
 3. Bezerra Neto
 4.
 5. Zacarias de Assunção
 6. Lopes da Costa
 7. Lino de Mattos
 Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Senador Atílio Fontana
 Vice-Presidente: Senador José Ermírio.

TITULARES

Atílio Fontana
 José Feliciano
 José Leite
 José Ermírio
 Nelson Maculan
 Adolpho Franco
 Lopes da Costa
 Irineu Bornhausen
 Miguel Couto

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Sebastião Archer
 4. Bezerra Neto
 5. Melo Braga
 6. Zacarias de Assunção
 7. José Cândido
 8. Mem de Sa
 9. Aurélio Vianna
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16:30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans.

TITULARES

Menezes Pimentel
 Walfredo Gurgel

 Arthur Virgílio
 Padre Calazans
 Mem de Sa
 Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Edmundo Levi
 4. Melo Braga
 5. Afonso Arinos
 6.
 1. Josaphat Marinho
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15:30 horas.

FINANÇAS

Presidente: Senador Argemiro Figueiredo
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Walfredo Gurgel
 Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Pessoa de Queiroz

Irineu Bornhausen
 Eurico Rezende
 Mem de Sa
 Aurélio Vianna
 Lino de Mattos

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
 2. José Guimard
 4. Nelson Maculan
 3. Eugênio Barros
 4. Menezes Pimentel
 5. Pedro Ludovico
 6. José Ermírio
 7. Edmundo Levi
 8. Melo Braga
 9. Oscar Passos
 10. João Agripino
 11. Adolpho Franco
 12. Daniel Krieger
 13.
 14. Josaphat Marinho
 15. Miguel Couto
 Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Senador José Feliciano
 Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

TITULARES

José Feliciano
 Atílio Fontana
 Nelson Maculan
 Barros Carvalho
 Adolpho Franco
 Irineu Bornhausen
 Dilton Costa
 SUPLENTE
 1. Lobão da Silveira
 2. Sebastião Archer
 3. Vivaldo Lima
 4. Oscar Passos
 5. Lopes da Costa
 6. Eurico Rezende
 7. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16:30 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Vivaldo Lima
 Vice-Presidente: Senador Walfredo Gurgel.

TITULARES

Ruy Carneiro
 Walfredo Gurgel
 Atílio Fontana
 Eugênio Barros
 Vivaldo Lima
 Edmundo Levi
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. José Guimard
 2. Sigefredo Pacheco
 3. José Leite
 4. Lobão da Silveira
 5.
 6. Pessoa de Queiroz
 7. Lopes da Costa
 8. Zacarias de Assunção
 9. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho
 Vice-Presidente: José Ermírio.

TITULARES

Benedito Valladares
 Jefferson de Aguiar
 José Ermírio
 Argemiro Figueiredo
 João Agripino

 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
 2. Filinto Müller
 3.
 5. José Cândido
 6. Afonso Arinos
 7. Arnon de Mello
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14:30 horas.

FOLICIONO DAS SECAS

Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

TITULARES

Ruy Carneiro
 Sebastião Archer
 Argemiro Figueiredo
 Dix-Huit Rosado
 João Agripino
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
 2. José Leite
 3. José Ermírio
 4.
 5. Lopes da Costa
 6. Antonio Carlos
 7. Dilton Costa
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 13 horas.

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES

Wilson Gonçalves
 José Guimard
 Jefferson de Aguiar
 José Ermírio
 Bezerra Neto
 João Agripino
 Antonio Carlos
 Lino de Mattos
 Mem de Sa

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
 2. José Feliciano
 3. Ruy Carneiro
 4. Melo Braga
 5. Edmundo Levi
 6. Daniel Krieger
 7. Adolpho Franco
 8. Aurélio Vianna
 9.
 Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Walfredo Gurgel
 Sebastião Archer
 Dix-Huit Rosado
 Antonio Carlos
 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
 2. José Feliciano
 3. Edmundo Levi
 4. Eurico Rezende
 5. Dilton Costa
 Secretária: Sarah Abrahão
 Reuniões: Quartas-feiras, às 12 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guilomard
Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos
Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira
Aarão Steinbruch

SUPLENTES

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves.
4. José Leite
5. Nelson Maculan
6.
7. Mello Braga
8. Padre Calazans
9. João Agripino
10. Mem de Sá
11. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco
Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: José Cândido

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico
Dix-Huit Rosado
José Cândido
Miguel Couto

SUPLENTES

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros
3.
4. Lopes da Costa
5. Lúcio de Matos

Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
Vice-Presidente: Oscar Passos

TITULARES

José Guilomard
Victorino Freire
Oscar Passos
Silvestre Péreles

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Aarão Steinbruch

SUPLENTES

1. Ruy Carneiro
2. Attilio Fontana
3. Dix-Huit Rosado
4. José Ermirio
5. Adolpho Franco
6. Eurico Rezende
7. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
Vice-Presidente: Victorino Freire

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire
Mello Braga
Silvestre Péreles
Padre Calazans
Aloysio de Carvalho
Aurélio Vlanna

SUPLENTES

1. José Leite
2. Filinto Müller
3.
4. Dix-Huit Rosado

5. Antônio Carlos
6. Mem de Sá
7. Miguel Couto
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-Feiras, às 18 horas.

**TRANSPORTES
COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

Presidente: Lopes da Costa
Vice-Presidente: Mello Braga

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite
Mello Braga
Lopes da Costa
Arnon de Mello

SUPLENTES

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard
3. Bezerra Neto
4. Irineu Bornhausen
5. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas.